



## PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

Regulamenta o atendimento, por videoconferência, a advogados, membros do Ministério Público do Trabalho, Procuradores da Administração Pública direta, indireta, autárquica e fundacional da União, dos Estados e dos Municípios e partes no exercício do **jus postulandi** (art.103 do CPC), durante a vigência das medidas de distanciamento social para a prevenção do contágio pelo novo coronavírus, causador da covid-19, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região.

O DESEMBARGADOR-PRESIDENTE E O DESEMBARGADOR-CORREGEDOR DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

**CONSIDERANDO** que a Resolução CNJ nº 313/2020 determinou o plantão extraordinário no âmbito do Poder Judiciário, em tempos de crise sanitária, para garantir a prestação de atividades essenciais, garantindo-se, inclusive, a prerrogativa do advogado de ter o adequado atendimento, ainda que de forma virtual (art. 2º, § 1º, III);

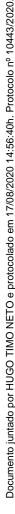
CONSIDERANDO a Portaria TRT 18ª GP/SCR nº 678/2020, que dispõe sobre medidas e ações temporárias de prevenção e controle no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região para enfrentamento do surto do novo Coronavírus (covid-19), prevendo, em seu art. 6º, a suspensão do atendimento presencial ao público externo, inclusive nas unidades judiciárias, com a disponibilização de comunicação aos advogados, partes e membros do Ministério Público do Trabalho por meio telefônico ou eletrônico:

**CONSIDERANDO** a existência de recursos tecnológicos suficientes a viabilizar a realização de atos processuais, reuniões, audiências e demais atividades por meio eletrônico:

**CONSIDERANDO** ser prerrogativa do advogado o acesso ao magistrado e por ele ser recebido em seu gabinete, consoante estabelece o art. 7º, VIII, da Lei no 8.906/94;

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 35, inciso IV, da LOMAN (Lei Complementar nº 35/1979) e no artigo 7º, inciso VIII, da Lei nº 8.906/94,

**CONSIDERANDO** a Recomendação do CNJ nº 70, de 4 de agosto de 2020, no sentido que os tribunais brasileiros regulamentem a forma de atendimento virtual aos advogados, procuradores, defensores públicos, membros do Ministério Público e da Polícia Judiciária e das partes no exercício do seu jus postulandi (art. 103 do NCPC), durante o período da pandemia da covid-19,



## **RESOLVEM,** ad referendum **do Tribunal Pleno**:

- Art. 1º Recomendar aos Magistrados do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região que o atendimento a Advogados, Membros do Ministério Público do Trabalho, Procuradores da Administração Pública direta, indireta, autárquica e fundacional da União, dos Estados e dos Municípios e das partes no exercício do jus postulandi (art. 103 do CPC) seja realizado por meio de videoconferência, enquanto estiverem suspensas as atividades presenciais em razão da vigência das medidas de distanciamento social necessárias à prevenção da covid-19.
- **Art. 2º** Havendo necessidade de atendimento pelo Magistrado, o interessado solicitará agendamento de reunião, por videoconferência, mediante correspondência eletrônica (e-mail) a ser enviada ao endereço eletrônico da unidade judiciária destinatária divulgado no site do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região.
- § 1º No pedido de agendamento, o interessado deverá mencionar o número do processo em curso na unidade judiciária destinatária, a data da conclusão, a parte que representa, quando cabível, além do endereço eletrônico (e-mail) em que deseja receber a resposta da solicitação, caso diferente do de origem do pedido.
- § 2º O servidor responsável pela unidade judiciária demandada terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para responder ao requerente, informando a data e o horário designados pelo Magistrado para realização da reunião por videoconferência, os detalhes acerca da forma de acesso, inclusive **link**, e, não sendo possível o agendamento, as respectivas razões.
- § 3º O Magistrado agendará a reunião com o interessado sopesando eventual urgência invocada, todavia sem desconsiderar o tempo necessário às suas outras atividades ordinárias, tais como elaboração de decisões e participação em audiências ou sessões, de maneira a compatibilizar seus horários com o atendimento aos profissionais mencionados no artigo 1º deste Ato.
- § 4º O Magistrado adotará a plataforma disponível neste Tribunal, "Google Meet", podendo determinar a gravação da videoconferência.
- § 5º No dia e horário designados, o solicitante e o Magistrado acessarão o link disponibilizado no agendamento, para realização da reunião por videoconferência.
- § 6º A tolerância para possíveis atrasos de conexão ao link será de 05 (cinco) minutos, considerado frustrado o atendimento caso o solicitante não acesse a reunião nesse período.
- § 7º Caso necessário ou conveniente, o Magistrado poderá permitir a participação de outra(s) pessoa(s) além do solicitante.
  - Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.

(assinado eletronicamente)
PAULO PIMENTA
Desembargador-Presidente
TRT da 18ª Região

(assinado eletronicamente) **DANIEL VIANA JÚNIOR**Desembargador-Corregedor

TRT da 18ª Região

Goiânia, 17 de agosto de 2020.



[assinado eletronicamente]